

Sucessão sem governo

É muito provável que o presidente Fernando Henrique Cardoso acerte-se com os governadores, no encontro de amanhã, na busca de uma solução de interesse comum sobre o rombo na Previdência Social. Quando o sapato aperta os calos federais e estaduais, é fácil o entendimento que alivie os pés castigados pelos mesmos incômodos.

Não se deve esperar que o candidato Ciro Gomes tenha dificuldades maiores em esclarecer as denúncias sobre irregularidades na sua declaração de renda.

Os dois episódios, que aparentemente nada têm em comum, são elos que se entrelaçam na rede de especulações preliminares sobre a distante sucessão presidencial de 2002 e que desembocam na montagem de um novo modelo, por enquanto apenas esboçado na precária avaliação dos dados disponíveis. As peças ajeitam-se na prateleira desarrumada. Os governadores atendem à convocação presidencial para conversar sobre uma agenda administrativa. Mas, fogem de qualquer aproximação na hora de armar esquemas políticos para o futuro que soca a porta com as pancadas da aflição.

De logo, convém afastar a tola e recorrente alegação oficial de que é muito cedo e impatriótico para antecipar o debate sobre a campanha sucessória com precipitado atropelo dos prazos de praxe. O mandato da reeleição ensaia os passos da contradança dos primeiros dez meses dos quatro anos do bis aprovado por grande maioria do eleitorado, e no primeiro turno.

Em primeiro lugar, para o governo, qualquer governo, nunca chega a hora de descerrar o pano para os ensaios da peça da sua substituição. No caso, assistimos a enredo não apenas diferente, mas inédito. E pelo que se enxerga por entre as brumas da decepção popular, a reeleição promete exibição única. Quem não prestar atenção ao espetáculo, depois não se queixe de não entender o desfecho.

Mas, não é só. O estrago que a reeleição está fazendo na popularidade do presidente, na imagem polida em toda uma vida, excita ambições e aconselha os mais prudentes a adotar cautelas para escapar do desastre eleitoral.

É nessa moldura sem quadro que as primeiras pinceladas traçam na tela as linhas do novo. A candidatura de Ciro Gomes, atirada ao mar da aventura, é lance calculado para ocupar o espaço que a debilidade política do governo esvaziou.

Mais do que isso. Com a segurança de quem se move com a convicção de que enxerga o óbvio, o candidato, que escala índices nas pesquisas, amanheceu na estrada – correndo o risco do desgaste pelo excesso de exposição –, para afirmar-se como um dos pólos do confronto que deve passar longe do governo. E, portanto, em terreno livre para a improvisação de novo molde de bipolarização, que aposente as tentativas frustradas de rachar o eleitorado pela linha ideológica. Ou pelo clássico final de governo *versus* oposição.

Pois, o governo também não servirá se referência, na medida em que ninguém se apresenta para carregar a sua bandeira. E é sintomático que o presidente, por mais de uma vez, em confidências que vazam sem desmentido, anuncie a disposição de ficar à margem da campanha, posando para a posteridade com a postura de magistrado.

Salvo imprevisível reviravolta, não terá candidato. A tendência do eleitorado inclina-se para as alternativas oposicionistas.

Ciro briga para ser um dos finalistas. O outro canto, uma vez mais, e mais do que nunca, está reservado para o partido mais representativo do bloco do contra. À distância de hoje, nunca o PT desfrutou de melhores possibilidades de eleger o presidente da República.

Mas, o claro favoritismo amparado em avaliação isenta e lógica, tinge com as cores da indecisão o drama da escolha. De um lado, com as prerrogativas da prioridade, a quarta candidatura de Lula, recauchutada pelas lições de três derrotas. De outro, o inevitável receio de mais um insucesso que lance o partido nas funduras do desânimo, o primeiro passo para o golpismo.

Uma vez mais, a decisão será de Lula. Declarando-se candidato, arrastará o PT e os aliados que não pesam na balança, mas ajudam a encher o balaio das esperanças.

Ao final, ficamos na mesma. Ou alguns centímetros à frente. Uma campanha diferente, limitada ao terreno da oposição, centrada no debate de soluções para a vexatória desigualdade social e a indecente distribuição de renda.

E o presidente longe do palanque, dispensado de meter o bedelho numa briga entre candidatos que tenham, em comum, o repúdio à receita que não deu certo em oito anos de desastrosa experiência.